

## EQUIDADE E EDUCAÇÃO: COMO TAL RELAÇÃO PROMOVE FRACASSO ESCOLAR<sup>1</sup>

Frederiko Luz Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho apresenta os indicadores referentes ao avanço e permanência na escola da população jovem no Brasil entre 2005 e 2015. Tal apresentação se faz articulada ao problema da desigualdade social e ao conceito de equidade tão presente nas reformas educacionais na atualidade. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica para obtenção dos dados. Como resultados mais significativos observou-se que apesar dos empenhos legais para garantir o acesso ao ensino fundamental, os números ainda são reveladores de alto índice de fracasso escolar traduzido na evasão e na distorção idade/série do público maior de 15 anos de idade.

**Palavras-chave:** Juventude. Desigualdade social. Equidade. Educação.

### Desigualdade, igualdade, equidade e educação

É de extrema importância compreender qual é o pano de fundo do fracasso escolar revelado nos indicadores referentes à escolaridade dos jovens no Brasil. Assim, para atingir tal compreensão, iniciamos por recuperar que “a educação escolar veio se constituindo como um dos direitos mais importantes da cidadania” (CURY, 2008, p. 208).

Porém o Estado, representado por diferentes governos, não tem conseguido cumprir com o dever de institucionalizar e democratizar a escola de maneira satisfatória, já que ao garantir o acesso ao ensino fundamental não tem garantido a qualidade. Dessa forma, temos que o fracasso escolar, antes dos empenhos legais pela universalização do acesso à referida etapa da educação básica, se expressava pelos altos índices de crianças e adolescentes fora dela na atualidade é expresso pela não aprendizagem dos conteúdos ensinados no ambiente escolar, pela dificuldade em avançar na escolaridade e, conseqüentemente, a não permanência desses alunos na escola, o que ocasiona o não ingresso de todos os jovens com 15 anos no Ensino Médio.

Alinhado a este cenário e, inclusive, subsidiando-o estão princípios neoliberais que objetivam naturalizar as desigualdades sociais, utilizando a ideia de equidade como substitutiva da ideia de igualdade. Tal fenômeno é substancialmente preocupante já que os documentos que estabelecem as políticas educacionais vigentes e orientam as reformas no campo da educação formal tratam equidade como sinônimo de igualdade. Referente a essa

<sup>1</sup> Parte do texto apresentado como trabalho final da disciplina *Juventude e Educação* ofertada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG, ministrada no segundo semestre de 2017.

<sup>2</sup> Mestre em Letras e Linguística. Universidade Federal de Goiás



Secretaria Executiva do FNPE

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

questão, Resende e Miranda (2016, p. 22) chamam atenção para o fato de que “ainda que fosse possível dizer que hoje em alguns países todas as crianças com idade correspondente têm a garantia do acesso à educação básica, a má qualidade dessa educação desmentiria a ideia de sua universalização”.

O problema que surge diante dos esforços pela igualdade de oportunidades é que da forma como a vida é produzida na sociedade capitalista trata-se de um objetivo inatingível já que a globalização reforça os mecanismos de exploração e aprofundamento das desigualdades sociais em todo o mundo. É nesse contexto que a palavra equidade emerge como síntese de ideia, ideais, projetos e direções, constituindo um paradoxo que, perante a extensão global e radical da desigualdade postula o abandono da palavra igualdade como guia de um projeto para a humanidade em nome da equidade (RESENDE; MIRANDA, 2016).

Vários foram os empenhos em garantir o acesso de crianças e jovens à escola, mais recentemente podemos observar que os esforços para ampliação da escolarização no Brasil têm sido implementados a partir de uma perspectiva assistencialista já que na década de 1980 o debate pedagógico sofre um deslocamento que vai das análises macroestruturais para as causas intraescolares do fracasso escolar, desloca-se também das teorias explicativas para a observação, apreensão e interferência na prática escolar. Desse modo, as explicações reprodutivistas foram perdendo espaço e dando lugar para uma visão mais otimista, sustentada nas possibilidades de uma atuação verdadeiramente efetiva da escola pública (TIBALLI, 2016).

Também na década de 1980 observou-se que os debates sobre desigualdade e exclusão foram mais intensos no país, isso em um contexto de redemocratização, de abertura política e de liberdade de expressão, o que ampliou o discurso crítico reivindicatório da intervenção do Estado para se atingir a melhoria das condições de vida e escolarização da população pobre (TIBALLI, 2016).

Temos que a inclusão escolar pautada em princípios neoliberais que vislumbram a manutenção do sistema capitalista resulta em uma exclusão social já que, como tem sido implementada a ampliação da escolaridade não se tem garantido igualdade, mas equidade.



Ainda é muito forte a cultura que escamoteia os conflitos e as crises sociais, de forma que sob o paternalismo e clientelismo o conflito capital-trabalho é diluído, ocorre a minimização da desigualdade social e da profunda discriminação racial sendo a educação formal utilizada fortemente na consolidação do processo de mascaramento das mazelas sociais geradas na estrutura capitalista (FRIGOTO, 1995).

### **Juventude e escolarização**

A configuração do espaço escolar pode implicar no fracasso escolar que se traduz na evasão e na distorção idade/série dos alunos. Os dados que passaremos a discutir são reveladores de índices de evasão e distorção que ainda são altos, o que revela que apenas democratizar o acesso à escola não garantirá que o educando nela permaneça até a juventude e conclua a educação básica.

Para tratar da situação da escolaridade, e de forma mais específica do fracasso escolar, da juventude no Brasil utilizamos a *Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (IBGE, 2016).

Conforme a *Síntese dos Indicadores Sociais* (IBGE, 2016)

O acesso ao ensino fundamental se aproximou da universalização na década de 1990, quando ocorreu a intensificação da expansão educacional na educação básica. Em 2015, a taxa de frequência escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade atingiu 98,6%. Por sua vez, a inserção dos jovens de 15 a 17 anos de idade avançou lentamente, evidenciando a dificuldade de garantia do direito à educação básica obrigatória para esse grupo etário que deveria estar frequentando o ensino médio. A proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentava escola cresceu somente 3,4 pontos percentuais, passando de 81,6%, em 2005, para 85,0% em 2015.

E mesmo os jovens inseridos na escolaridade tiveram dificuldades no avanço escolar já que foi possível observar ocorrências importantes em relação à distorção idade-série de estudantes de 15 a 17 anos no cenário nacional. Esse índice é maior no 1º quinto de rendimentos, ou seja, na população mais pobre. A diferença dessa parte da população com os mais ricos que ocupam o 5º quinto, em 2015, foi de 32,5 pontos percentuais. Observamos também que a proporção de jovens entre 15 e 17 anos de idade que apresentam distorção idade-série é maior na zona rural, consideravelmente mais significativa entre os homens, entre pretos ou pardos e bem menor nas escolas particulares.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>

É alto o índice de jovens com idade entre 15 e 17 anos que não frequentam a escola e que não concluíram o ensino fundamental. Referente a esse dado é importante considerar o alerta que Machado e Alves (2017) nos fazem referente à meta 3 do PNE (2014-2024) que dispõe sobre a universalização da escolaridade da população de 15 a 17 anos, e que também prevê a elevação da taxa líquida de matrícula dessa faixa etária no nível educacional adequado ao sintetizarem que:

Os desafios recaem sobre o ensino fundamental, que precisa cumprir com o desafio histórico de permitir que os adolescentes concluam essa etapa aos 14 anos, implicando numa significativa capacidade da escola de se repensar e realizar uma formação que os leve a permanecer na escola. (p. 149)

O avanço tido no acesso escolar nacionalmente na década de 1990 não significou a garantia da continuidade da escolaridade na idade certa para grande parte dos alunos e alunas matriculados no Ensino Fundamental. Isso significa que não basta apenas democratizar a entrada na escola, mas, mais do que isso é necessário acompanhamento do avanço dos alunos na progressão escolar e se faz necessário o desenvolvimento de políticas e/ou programas que auxiliem os estudantes que apresentam dificuldades na escola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURY, C. R. J. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 48, p. 205-22, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n48/a10n48.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

FRIGOTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

MACHADO, M. M; ALVES, M. F. O PNE e os desafios da educação de jovens e adultos na próxima década. In: DOURADO, L. F. (Org.). Plano Nacional de Educação: PNE 2014/2024: avaliação e perspectivas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017. p. 139-171.

RESENDE, A. C. A; MIRANDA, M. G. de. Igualdade, equidade e educação. In: MIRANDA, M. G. de. (Org.). Educação e desigualdades sociais. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016. p. 19-42.

SÍNTESE de indicadores sociais 2016: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 138 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=9222&t=publicacoes>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

TIBALLI, E. F. A. Universalização da educação básica e desigualdade educativa no discurso educacional brasileiro. In: MIRANDA, M. G. de. (Org.). Educação e desigualdades sociais. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016. p. 103-128.



**Secretaria Executiva do FNPE**

SCS Quadra 01 Bloco I - Sala 801- Edifício Central CEP: 70301-000 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3223-0763  
[www.fnpe.com.br](http://www.fnpe.com.br) / <https://www.facebook.com/ConferenciaNacionalPopular/conape2018@gmail.com>